

**AdP VALOR – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.**

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL**

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS PARA AS EMPRESAS DO  
GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

**(2024\_083CP)**

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**MARÇO de 2025**

---

## ÍNDICE

<b>SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>3</b>
Artigo 1.º Objeto do Concurso .....	3
Artigo 2.º Entidades adjudicantes.....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
Artigo 4.º Plataforma eletrónica.....	3
Artigo 5.º Esclarecimentos, erros e omissões das peças do procedimento .....	4
Artigo 6.º Documentos das propostas .....	4
Artigo 7.º Apresentação de propostas variantes .....	6
Artigo 8.º Prazo para apresentação das propostas .....	6
Artigo 9.º Modo de apresentação das propostas.....	6
Artigo 10.º Prazo da obrigação de manutenção da proposta .....	7
Artigo 11.º Adjudicação por lotes .....	7
Artigo 12.º Critério de adjudicação e critério de desempate .....	7
Artigo 13.º Documentos de habilitação.....	8
Artigo 14.º Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário.....	10
Artigo 15.º Celebração do contrato .....	10
Artigo 16.º Dados pessoais.....	10
Artigo 17.º Legislação aplicável .....	11
ANEXO I Entidades Adjudicantes .....	12
ANEXO II Documento Europeu Único de Contratação Pública .....	13
ANEXO III Modelo de Proposta .....	15
ANEXO IV Lista de preços unitários .....	17
ANEXO V Critério de adjudicação .....	18
ANEXO VI Modelo de Declaração do Adjudicatário .....	20
ANEXO VII Declaração de Responsabilidade Social .....	21

## **SECÇÃO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto do Concurso**

O presente concurso tem por objeto principal a aquisição de equipamentos informáticos pelas entidades adjudicantes identificadas no **ANEXO I** ao presente Programa do Procedimento, que dele faz parte integrante, e o(s) respetivo(s) adjudicatário(s), de acordo com os lotes previstos no **ANEXO I** do Caderno de Encargos.

#### **Artigo 2.º**

##### **Entidades adjudicantes**

O presente procedimento é promovido por um agrupamento de entidades adjudicantes formado nos termos da alínea a) do n.º I do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o qual é composto pelas empresas constantes do **ANEXO I** ao Programa do Procedimento, que integram o Grupo Águas de Portugal.

#### **Artigo 3.º**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

1. A decisão de contratar de cada uma das entidades adjudicantes referidas no artigo anterior foi tomada pelos respetivos órgãos competentes.
2. O representante do agrupamento que conduzirá o presente concurso público é a **AdP VALOR-SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.**, adiante designada por **AdP VALOR**, na qual as entidades adjudicantes identificadas no artigo 2.º delegaram os poderes para agir em seu nome na abertura e condução do presente concurso público, bem como para a execução de todos os atos procedimentais necessários à sua conclusão.

#### **Artigo 4.º**

##### **Plataforma eletrónica**

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de Contratação Pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

## **Artigo 5.º**

### **Esclarecimentos, erros e omissões das peças do procedimento**

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas pelas devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às **18h00m00s do dia 30 de maio de 2025**.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **23h59m00s do dia 9 de junho de 2025**.
3. O Conselho de Administração da **AdP VALOR** pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **23h59m00s do dia 23h59m00s do dia 9 de junho de 2025**.

## **Artigo 6.º**

### **Documentos das propostas**

- I. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborado em conformidade com o **ANEXO II** ao presente Programa do Procedimento;
  - b) Declaração de Proposta de Preço e Garantia, elaborada em conformidade com a declaração constante do **ANEXO III** ao Programa do Procedimento;
  - c) Lista de preços unitários para a totalidade dos equipamentos de cada lote, bem como identificação expressa do modelo específico e marca, relativos a todos os equipamentos propostos para cada perfil de HW incluídos em cada lote, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO IV** ao Programa do Procedimento (o ficheiro *Excel* do **ANEXO IV** deve ser preenchido, transformado em pdf e submetido);
  - d) Documentação relativa à garantia de cada um dos modelos propostos, bem como dos respetivos componentes, periféricos e acessórios, quando aplicável, a prestar nos termos definidos no Caderno de Encargos;
  - e) Ficha Técnica Oficial dos equipamentos propostos aos Lotes a que concorre, com imagem(ns), identificando explicitamente a marca e o modelo apresentados a cada Lote, discriminando por perfil quando aplicável, com a descrição das características técnicas que

demonstrem o cumprimento no exigido do Caderno de Encargos, sem limitar e sempre que aplicável, a informação relativa a certificações ambientais dos equipamentos (EPEAT para Portugal ou equivalente, Energy Star 8 ou equivalente, TCO Certified 9 ou equivalente) consoante os requisitos fixados no Anexo II do Caderno de Encargos.

- f) Certidão ou certidões do registo de propriedade da marca em Portugal referente aos modelos propostos, incluindo equipamentos, componentes, periféricos e acessórios, emitida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ou entidade equivalente de âmbito internacional;
  - g) No caso de não ser titular do registo da propriedade da marca em Portugal, o concorrente deverá apresentar documento comprovativo de autorização pelo titular do registo da marca para a representação/comercialização dos modelos propostos, incluindo equipamentos, componentes, periféricos e acessórios, em Portugal;
  - h) Declaração de conformidade ou Certificado de conformidade ou documentação técnica que ateste, para cada modelo proposto, o cumprimento do disposto no Regime Unificado de Fluxos Específicos de Resíduos e o Regime da Restrição do Uso de Substâncias Perigosas em Equipamentos Elétricos e Eletrónicos;
  - i) Catálogos com a descrição e características técnicas dos modelos propostos, indicando explicitamente a correspondência entre ambos.
2. Para além da exigência prevista no ponto anterior, devem ser assinados eletronicamente, pelo concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, todos os documentos solicitados no n.º I do presente artigo, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos.
3. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
4. No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de vinculação, nos termos do disposto no n.º 7, do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, à exceção dos documentos referidos nas alíneas f) a k) do n.º I, os quais podem ser apresentados em língua inglesa.
6. Sem prejuízo do disposto na parte final do número anterior, quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

### **Artigo 7.º**

#### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 8.º**

#### **Prazo para apresentação das propostas**

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às **18h00m00s** do dia **20/06/2025**.

### **Artigo 9.º**

#### **Modo de apresentação das propostas**

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
  - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
  - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um

certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

### **Artigo 10.º**

#### **Prazo da obrigação de manutenção da proposta**

É de 66 (sessenta e seis) dias, o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

### **Artigo 11.º**

#### **Adjudicação por lotes**

1. Os concorrentes podem apresentar propostas apenas para algum (uns) lote(s) ou para todos os lotes indicados no **ANEXO I** ao Caderno de Encargos, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.
2. Será adjudicada uma proposta por cada um dos lotes identificados no Caderno de Encargos.

### **Artigo 12.º**

#### **Critério de adjudicação e critério de desempate**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, para cada um dos lotes, tendo em conta o modelo de avaliação previsto no **ANEXO V** ao presente Programa.
2. Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate, por lote, a proposta que apresente mais meses de garantia para os equipamentos a fornecer.
3. Caso persista o empate, será utilizado como critério de desempate, por lote, a proposta que apresente o preço global do lote mais baixo.
4. Caso persista o empate após aplicação dos critérios definidos nos números anteriores, o desempate é efetuado por sorteio não presencial, entre as propostas mais bem classificadas e relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
  - a. O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados e designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
  - b. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, informando-os da data, da hora e da plataforma informática em que decorrerá o sorteio,

bem como dos demais termos e condições necessários, designadamente para efeitos de credenciação;

- c. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
- d. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números dos concorrentes cujas propostas estão empatadas, procedendo-se seguidamente à sua extração;
- e. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;
- f. A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

### **Artigo 13.º**

#### **Documentos de habilitação**

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO VI**, ao presente Programa do Procedimento;
  - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
  - e) Comprovativo de registo e das respetivas atualizações no Registo Central do Beneficiário Efetivo do adjudicatário ou, se for o caso, documento equivalente emitido pelas autoridades competentes do Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
2. Caso o adjudicatário revista a forma de agrupamento:



- a) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c), d) e f) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros;
3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado no n.º I, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP:
- a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VII** ao presente Programa do Procedimento que dele faz parte integrante,

- b) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VIII** ao presente Programa do Procedimento que dele faz parte integrante.

#### **Artigo 14.º**

##### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei N.º 231/81 de 28 de julho.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

#### **Artigo 15.º**

##### **Celebração do contrato**

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicada com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga do contrato e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

#### **Artigo 16.º**

##### **Dados pessoais**

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela **AdP VALOR**, exclusivamente no âmbito do presente procedimento de “*Aquisição de Equipamentos Informáticos para as empresas do Grupo AdP*”, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.

3. A **AdP VALOR** garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A **AdP VALOR** garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico [dpo@adp.pt](mailto:dpo@adp.pt) ou da morada: Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa.

### **Artigo 17.º**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

## ANEXO I

### Entidades Adjudicantes

Empresa	Morada	Cód. Postal	Localidade	Telefone	e-mail geral	Web
<b>AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A.</b>	Rua Visconde de Seabra, 3	1700-421	Lisboa	<b>212469500</b>	<a href="mailto:geral@adp.pt">geral@adp.pt</a>	<a href="http://www.adp.pt">www.adp.pt</a>
<b>EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.</b>	Avenida de Berlim, n.º 15 – Armazém Geral	1800-031	Lisboa	<b>213251000</b>	<a href="mailto:geral.epal@adp.pt">geral.epal@adp.pt</a>	<a href="http://www.epal.pt">www.epal.pt</a>
<b>AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.</b>	Rua Dr. Aresta Branco, n.º 51	7800-310	Beja	<b>284101100</b>	<a href="mailto:geral.agda@adp.pt">geral.agda@adp.pt</a>	<a href="http://www.agda.pt">www.agda.pt</a>
<b>AdCL - Águas do Centro Litoral S.A.</b>	Av. Dr. Luís Albuquerque	3030-410	Coimbra	<b>239980900</b>	<a href="mailto:geral.adcl@adp.pt">geral.adcl@adp.pt</a>	<a href="http://www.aguasdocentrolitoral.pt">www.aguasdocentrolitoral.pt</a>
<b>AdSA - Águas de Santo André, S.A.</b>	Cerca da Água, Rua dos Cravos - Apartado 64	7500-130	Vila Nova de Santo André	<b>269708240</b>	<a href="mailto:geral.adsa@adp.pt">geral.adsa@adp.pt</a>	<a href="http://www.adsa.pt">www.adsa.pt</a>
<b>Simarsul</b>	Av. da Siderurgia Nacional Edifício SNI	2840-075	Aldeia de Paio Pires	<b>265544000</b>	<a href="mailto:geral.simarsul@adp.pt">geral.simarsul@adp.pt</a>	<a href="http://www.simarsul.adp.pt/">www.simarsul.adp.pt/</a>
<b>Águas do Alto Minho, S.A.</b>	Rua São Bartolomeu dos Mártires n.º 156	4904-878	Viana do Castelo	<b>258806900</b>	<a href="mailto:geral.adam@adp.pt">geral.adam@adp.pt</a>	<a href="http://www.adam.pt">www.adam.pt</a>
<b>Águas do Tejo Atlântico, S.A.</b>	ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta	1300-254	Lisboa	<b>213107900</b>	<a href="mailto:geral.adta@adp.pt">geral.adta@adp.pt</a>	<a href="http://aguasdotejoatlantico.adp.pt">aguasdotejoatlantico.adp.pt</a>

## ANEXO II

### Documento Europeu Único de Contratação Pública

(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 6.º do Programa do Procedimento)

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponível na área específica do Portal BASE GOV, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>.

As Partes I, II e III e VI são de preenchimento obrigatório por parte dos concorrentes.

Os concorrentes devem preencher as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

O DEUCP deve ser assinado eletronicamente pelo operador económico ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Na parte I do formulário-tipo, o concorrente deve indicar, em conformidade com o ecrã abaixo:

**Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante**

**Informações sobre a publicação**

Referência do anúncio relevante publicado no jornal oficial da União Europeia

Número do anúncio no índice do JO:

URL do JO

Jornal Oficial Nacional

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional).

- o número da publicação no Jornal Oficial da União Europeia, com a seguinte estrutura **1111/S 1111-11111111** (cfr exemplo abaixo: 2021/S 172-448578);

JO/S 172  
06/09/2021  
448578-2021-PT

1 / 12

O presente anúncio no sítio web do TED: <https://ted.europa.eu/udl?uri=TED:NOTICE-448578-2021-TEXT:PT:HTML>

Portugal-Lisboa: Produtos de plástico  
2021/S 172-448578  
Anúncio de concurso

O anúncio publicado no JOUE encontra-se disponibilizado na plataforma eletrónica, na área do procedimento.

- o número do Jornal Oficial Nacional, corresponde ao número do procedimento publicado no Diário da República Eletrónico, com a seguinte nomenclatura [ ]/[2021], cfr exemplo abaixo:

---

**PARTE L — CONTRATOS PÚBLICOS**

---

**ADP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S. A.**

Anúncio de procedimento n.º 11394/2021

---

O anúncio publicado no DRE encontra-se disponibilizado na plataforma eletrónica, na área do procedimento.

### **ANEXO III**

#### **Modelo de Proposta**

(a que se refere a alínea b) do n.º I do artigo 6.º do Programa do Procedimento)

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [•] [qualidade em que subscreve a declaração] da [•] [identificação da sociedade ou do agrupamento], depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público internacional para a celebração de contrato de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL (2024\_083CP)**, a que se referem os anúncios datados de [•] [data de publicação dos anúncios em Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia], vem apresentar proposta relativamente aos lotes [•] indicados no ANEXO I ao Caderno de Encargos, obrigando-se a executar o contrato a celebrar de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Mais declara, que o preço por lote é o seguinte: **[remover os lotes aos quais não concorre]**

- a) O preço do **Lote 1 – Computadores fixos desktops** é de € [ ] [quantia por extenso], que não inclui IVA.

A respetiva Garantia dos Equipamentos a fornecer no âmbito deste lote é de [ ]  
[colocar o número de meses de garantia por extenso].

- b) O preço do **Lote 2 – All-in-one** é de € [ ] [quantia por extenso], que não inclui IVA.

A respetiva Garantia dos Equipamentos a fornecer no âmbito deste lote é de [ ]  
[colocar o número de meses de garantia por extenso].

- c) O preço do **Lote 3 – Computadores portáteis LAPTOPS** é de € [ ] [quantia por extenso], que não inclui IVA.

A respetiva Garantia dos Equipamentos a fornecer no âmbito deste lote é de [ ]  
[colocar o número de meses de garantia por extenso].

- d) O preço do **Lote 4 – PC's Industriais** é de € [ ] [quantia por extenso], que não inclui IVA.

A respetiva Garantia dos Equipamentos a fornecer no âmbito deste lote é de [ ]  
[colocar o número de meses de garantia por extenso].

- e) O preço do **Lote 5 – Monitores** é de €  [*quantia por extenso*], que não inclui IVA.

A respetiva Garantia dos Equipamentos a fornecer no âmbito deste lote é de   
[*colocar o número de meses de garantia por extenso*].

Local e data

Assinatura (nos termos dos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP)



## ANEXO IV

### Lista de preços unitários

(a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Programa do Procedimento)

Lote		Marca	Modelo Proposto	Perfil HW	Quantidades	Preço Unitário (S/IVA)	Total por Lote
1	COMPUTADORES FIXOS DESKTOPS			PADRÃO	6		- €
				ALTO DESEMPENHO	15		
				INDUSTRIAL	5		
2	ALL-IN-ONE			ALL-IN-ONE	54		- €
3	COMPUTADORES PORTÁTEIS LAPTOPS			DEVELOPER <b>com Docking</b>	32		- €
				DEVELOPER s/Docking	5		
				OFFICE WORKER <b>com Docking</b>	199		
				MOBILE WORKER <b>com Docking</b>	112		
				MOBILE WORKER s/Docking	20		
4	PCs INDUSTRIAIS			PORTÁTIL INDUSTRIAL padrão <b>com Docking</b>	20		- €
				MICRO MINI FANLESS PC	4		
5	MONITORES			MONITOR PADRÃO	45		- €
				MONITOR MÉDIO	106		
				MONITOR GRANDE FORMATO	95		
				MONITOR GRANDE FORMATO ULTRA-WIDE CURVO	13		

(O preço unitário será expresso em euros e com duas casas decimais)

(FICHEIRO TAMBÉM FORNECIDO EM ANEXO AO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO EM FORMATO EDITÁVEL)

## ANEXO V

### Critério de adjudicação

(a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º do Programa do Procedimento)

O critério de avaliação das propostas, a aplicar para cada Lote, calculado com aproximação às duas decimais, é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela apreciação dos fatores colocados à concorrência, abaixo indicados, devidamente discriminados segundo a sua incidência na ponderação:

Fatores	Descrição	Ponderação
<b>1 – Preço (PP)</b>		85%
$V_E$	Valor dos Equipamentos	
<b>2 – Garantia (G)</b>		15%
$G$	Garantia dos Equipamentos	

Por conseguinte, a classificação final de cada proposta, aferida por Lote, de acordo com a metodologia conformada no critério de avaliação das propostas  $A_V$ , a aplicar por Lote, é expresso através da expressão seguinte:

$$A_V = 0,85 * V_E + 0,15 * G$$

#### 1. Avaliação do fator Preço

A pontuação deste fator é determinada através da aplicação, para cada um dos lotes, da expressão matemática abaixo, discriminada até às duas casas decimais:

$$V_E(i) = 10 - \frac{9 * P_{Lote}^2}{P_{BASE_{Lote}}^2}$$

Onde:

$V(i)$  é a pontuação do fator “Preço”;

$P_{Lote}^2$  é o preço global da proposta por lote elevado ao quadrado. O preço global da proposta por lote resulta naturalmente do valor a pagar por todas as unidades que o integram, incluindo todos os perfis, quando aplicável.

$P_{BASE_{Lote}}^2$  é o preço base do lote elevado ao quadrado.

## 2. Avaliação do fator Garantia

$G(i)$  é a pontuação do fator “*Garantia dos equipamentos (em meses)*” que será encontrada usando a seguinte tabela, tendo em consideração o documento a apresentar pelos concorrentes de acordo com a alínea d) do n.º I do artigo 6.º do Programa do Procedimento:

Garantia dos equipamentos (em meses)	Pontos
60 meses	10
48 meses	6
36 meses	3
24 meses	1

## **ANEXO VI**

### **Modelo de Declaração do Adjudicatário**

*(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 13.º do Programa do Procedimento)*

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do procedimento de concurso público internacional para a celebração de contrato de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL (2024\_083CP)**, lançado pela sociedade AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em ANEXO [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

## **ANEXO VII**

### **Declaração de Responsabilidade Social**

*(a que se refere a alínea a) do n.º 9 do artigo 13.º do Programa do Procedimento)*

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a AdP venha a promover, no âmbito do respetivo sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informar a AdP de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do Contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de (ano)

## ANEXO VIII

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO

*(a que se refere a alínea b) do n.º 9 do artigo 13.º do Programa do Procedimento)*

(*Empresa*), com sede na (*morada*), contribuinte n.º (*.....*), representada por (*cargo e nome*), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional no que respeita a segurança de informação:

- a) Tem conhecimento da Política de Segurança de Informação vigente na **AdP SGPS** [disponível no site <https://www.adp.pt>] e compromete-se a cumprir a mesma;
- b) Compromete-se a assegurar que os seus trabalhadores, colaboradores bem como de entidades subcontratadas associados à execução do Contrato:
  - a. Participam nas ações de formação que sejam promovidas pela **AdP SGPS** com vista a acautelar a segurança da Informação;
  - b. Constam numa lista nominal, com a respetiva identificação, perfil e função, a disponibilizar sempre que solicitado pela **AdP SGPS**;
  - c. Se obrigam a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário:
    - i. A **AdP SGPS** indicará ao adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste, quando necessário.
    - ii. Os trabalhadores do adjudicatário que venham a ser designados para execução dos serviços previstos no contrato apenas respondem técnica e hierarquicamente perante este.
- c) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a **AdP SGPS** venha a promover, no âmbito do seu sistema de gestão de segurança de informação, junto da empresa declarante;
- d) Promove as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma ISO 27001, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- e) Sempre que a execução do presente contrato implique o acesso às instalações e a utilização dos sistemas de informação da **AdP SGPS** por colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, os mesmos obrigam-se ao cumprimento integral das regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na Entidade Adjudicante.
- f) Informa os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(*Localidade*), (*dia*) de (*mês*) de 2025

---

Assinaturas